

MULHER PIAUIENSE: POLÍTICA E EDUCAÇÃO



SECRETARIA
DO PLANEJAMENTO
SEPLAN



As conquistas das mulheres em diferentes espaços da sociedade, sobretudo, nas últimas décadas, espelham lutas, avanços, recuos, vitórias e desafios na incansável busca de igualdade de gênero, ocupação de espaços e superação de paradigmas, muitas vezes, impostas por uma sociedade majoritariamente patriarcal.

O patriarcalismo, histórico e cultural, reforça as desigualdades sexuais e de gênero ao impor condições de vida desvantajosas às mulheres quando comparadas aos homens. É nesse contexto que os estudos sobre as condições socioeconômicas das mulheres se tornam relevantes. É a partir da referida relevância que este Boletim apresenta informações socioeconômicas, que possibilitam análises sobre a realidade da mulher no Estado do Piauí.

A pesquisa e o detalhamento dos dados se traduzem na importância e na necessidade de se discutir e estimular a elaboração, a implementação e o fortalecimento de políticas públicas que visam garantir o acesso aos direitos das mulheres piauienses.

O Boletim trata sobre a mulher piauiense por meio de dois grandes temas, a saber: política e educação.

Na política, analisa a participação dessas mulheres nos espaços de representação política eleitoral, em particular, nas listas de candidatos(as) produzidas pelos partidos políticos das mulheres eleitas e das mulheres que compõem o Poder Executivo Estadual por intermédio das Secretarias de Governo, isso desde as eleições de 2022 e do Governo Estadual a gestão que iniciou em janeiro de 2023.

Na educação, o foco é verificar o nível de escolaridade das mulheres piauienses, a sua distribuição nos níveis de ensino a partir da sua raça ou cor, bem como a sua distribuição no Ensino Superior. Por fim, faz uma correlação entre a educação, o mercado de trabalho e o ambiente doméstico, em especial, no que tange ao responsável (homem ou mulher).

De natureza quantitativa, o boletim apresenta e descreve a partir da coleta de dados secundários o cenário político e educacional da mulher piauiense. No que tange à política, a pesquisa concentrou-se na quantidade de candidatos e candidatas ao pleito eleitoral do ano de 2022, assim como da sua variação percentual entre as eleições de 2018 e 2022. Destacou, ainda, a comparação entre homens e mulheres eleitas a partir dos cargos em disputa (Senado, Câmara dos Deputados, Assembleia Legislativa e Governo do Estado). As informações de ordem política foram coletadas no sítio do Tribunal Superior Eleitoral - TSE.

Em relação à educação da mulher piauiense, o presente Boletim selecionou o nível de escolaridade, a distribuição da escolaridade, os concluintes dos cursos de graduação e sequenciais de formação específica. Os níveis de escolaridade considerados foram: a) sem instrução ou menos de 01 ano de estudo; b) fundamental completo ou equivalente; c) médio completo ou equivalente, e d) superior completo. A análise dos dados se fez de forma comparativa, entre homens e mulheres, em particular, no que se refere ao percentual de pessoas de cada sexo.

A distribuição de escolaridade analisou apenas as mulheres, isso a partir da raça ou cor (termo utilizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE). A descrição quantitativa se deu a partir da decomposição percentual por raça ou cor. As variáveis para o indicador são: a) branca; b) preta, e c) parda. As informações obtidas sobre esse indicador são provenientes dos microdados da Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílios - PNAD Contínua Trimestral.

No que diz respeito aos concluintes dos cursos de graduação ou cursos sequenciais específicos, foram consideradas as Universidades, os Centros Universitários, as Faculdades e os Institutos Federais. A análise foi comparativa entre o percentual de homens e de mulheres. Os dados para esse indicador foram coletados a partir do Censo Escolar da Educação Superior, do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP.

Esta seção contempla a participação das mulheres nos pleitos eleitorais e nos ambientes de exercício político eletivo dos anos 2018 e 2022. Observa-se, ainda, a participação das mulheres no Poder Executivo Estadual de acordo com a Secretaria de Governo.

O quadro atual da participação das mulheres na política deve-se à predominância da dominação dos símbolos masculinos na sociedade (BOURDIEU, 2012). Com isso, assume importância os incentivos, metas bem como o engajamento na perspectiva de se romper paradigmas, sobretudo, em ambientes estruturalmente masculinos, como ocorrem, historicamente, em espaços de poder e tomada de decisões. Um desses incentivos é a denominada “cota eleitoral de gênero”, que se encontra na Lei nº 9.504/1997.

A Lei nº 9.504/1997, em particular no Art. 10, no § 3º, diz que: “[...] cada partido ou coligação preencherá o mínimo de 30% (trinta por cento) e o máximo de 70% (setenta por cento) para candidaturas de cada sexo”. Em outras palavras, no mínimo os partidos devem apresentar em sua lista eleitoral 30% seja de homens ou de mulheres como candidatos. O destaque é que tal exigência legal refere-se às eleições e não às cadeiras legislativas.

A cota eleitoral de gênero é um instrumento legal proveniente da predominância dos homens na representação política brasileira, além de ser um dispositivo cuja finalidade é o de incluir um maior número de mulheres nas listas eleitorais, em particular, do Legislativo. Na prática, a referida cota se comportou e se comporta de forma a seguir o limite legal dos 30% ou um pouco mais, porém, desde a sua implantação ainda não se observou uma predominância de candidatas. No Piauí não é diferente, a Tabela 1 demonstra isso nas eleições de 2022.

A maioria da população brasileira e piauiense é composta por mulheres. Os dados preliminares do Censo Demográfico (IBGE, 2022) revelam que a população piauiense foi de 3,27 milhões de habitantes em 2022. Nessa conjuntura, destaca-se que o eleitorado piauiense apto a votar no mesmo ano foi de 1,33 milhão. Desses, 51,68% eram mulheres e 48,32 %, homens (TSE, 2022). Apesar da população e do eleitorado feminino registrarem um maior quantitativo, ainda se observa uma dominação masculina tanto nas candidaturas como na elegibilidade de cargos eletivos (ver Tabela 1 e Gráfico 1).

Mulheres na Política Piauiense

Tabela 1 – número de candidatos nas eleições estaduais 2022, no Piauí, por sexo

| Candidatas | Cargo | Quantitativo | Porcentagem | Varição 2022/2018 |
|------------|-------------------|--------------|-------------|-------------------|
| Mulheres | Governador | 4 | 44,44% | 33,33% |
| | Vice-governador | 6 | 46,15% | 100,00% |
| | Senador | 1 | 12,50% | -50,00% |
| | Deputado Federal | 74 | 41,81% | 54,17% |
| | Deputado Estadual | 66 | 31,43% | -5,71% |
| | 1º suplente | 2 | 25,00% | -66,67% |
| | 2º suplente | 1 | 12,50% | -80,00% |
| | SOMA | 154 | - | 12,41% |
| Candidatos | Cargo | Quantitativo | Porcentagem | Varição 2022/2018 |
| Homens | Governador | 5 | 55,56% | -28,57% |
| | Vice-governador | 7 | 53,85% | 0,00% |
| | Senador | 7 | 87,50% | -56,25% |
| | Deputado Federal | 103 | 58,19% | 8,42% |
| | Deputado Estadual | 144 | 68,57% | -3,36% |
| | 1º suplente | 6 | 75,00% | -57,14% |
| | 2º suplente | 7 | 87,50% | -50,00% |
| | SOMA | 279 | - | -7,62% |

A Tabela 1 demonstra os números de candidaturas masculinas e femininas por cargos eletivos na eleição de 2022, assim como verifica-se uma variação em relação ao pleito eleitoral de 2018.

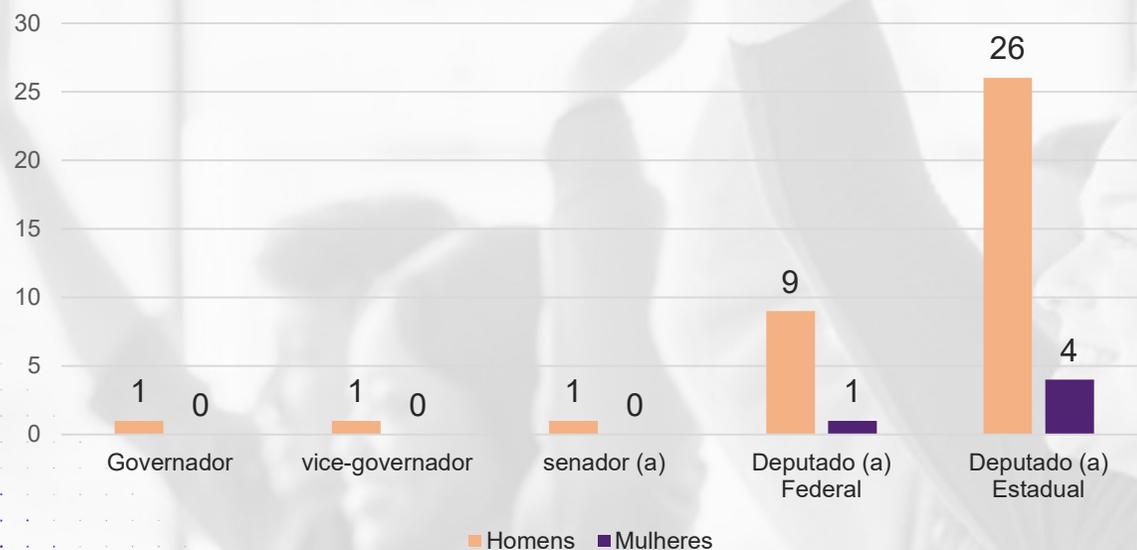
Ao comparar as candidaturas femininas nas eleições de 2018 e 2022, é possível perceber a ampliação das candidaturas femininas nas últimas eleições estaduais. Assim, ao cargo de governadora houve crescimento de 33,33%, enquanto que as candidaturas à vice-governadora foram três, no ano de 2018, subindo para seis nas eleições seguintes.

No entanto, houve redução das candidaturas femininas para os cargos de senadora, deputada estadual assim como para 1ª e 2ª suplentes de senador (a). Destaca-se, o crescimento das candidaturas de mulheres ao pleito de deputada federal, pois passou de 48, no ano de 2018, para 74 em 2022, demonstrando, assim um crescimento na ordem de 54,17%, porém, ainda menor do que o quantitativo masculino.

Fonte: TSE (2022). Elaboração: Superintendência CEPRO/SEPLAN (2023). Nota: As estatísticas apresentadas pelo TSE contemplam as candidaturas em situação deferida, indeferida e renúncia no Piauí.

Mulheres na Política Piauiense

Gráfico 1 – Candidatos (as) eleitos (as) nas eleições de 2022



Fonte: Tribunal Superior Eleitoral (2022). Elaboração: Superintendência CEPRO/SEPLAN (2023).

Em 2022, mesmo com o aumento das candidaturas femininas, quando comparada com as eleições de 2018, apenas 13,33% das mulheres foram eleitas. Considerando que, em 2018, o percentual foi de 22,92%, demonstrando com isso uma redução de 9,59 p.p. (TSE, 2022).

Ao observar a relação dos(as) candidatos(as) eleitos(as) no último pleito, evidencia-se uma redução nas vagas ocupadas por mulheres em 2023. Essa realidade é motivada sobretudo, pela redução das deputadas federais eleitas no Estado. Destarte, passaram de quatro, no ano de 2018, para apenas uma, em 2022*. Esses dados reforçam a limitação da cota eleitoral de gênero, que se concentra no número mínimo de candidatos(as) e não na reserva legal de cadeiras no legislativo.

*Rejane Dias, candidata pelo Partido dos Trabalhadores (PT), foi eleita para a Câmara dos Deputados, porém ao tomar posse como conselheira do Tribunal de Contas do Estado do Piauí, a bancada piauiense na Câmara Federal não conta mais com a presença feminina.

A participação das mulheres na política pode ser observada, ainda, no âmbito da composição do Poder Executivo do Estado do Piauí. Em 2023, no que se refere ao espaço de gestão no Piauí, as mulheres passaram a ocupar, aproximadamente, 1/3 dos cargos de Secretarias de Governo.

Na esteira da participação feminina no Poder Executivo Estadual, destaca-se a transformação da Coordenadoria Estadual de Políticas para as Mulheres do Estado do Piauí, criada pela Lei nº 6.465, de 19 de dezembro de 2013, para a Secretaria de Estado da Mulher do Piauí. Outro destaque está relacionado à escolha e posse da primeira defensora pública-geral do Piauí por parte do Governador.

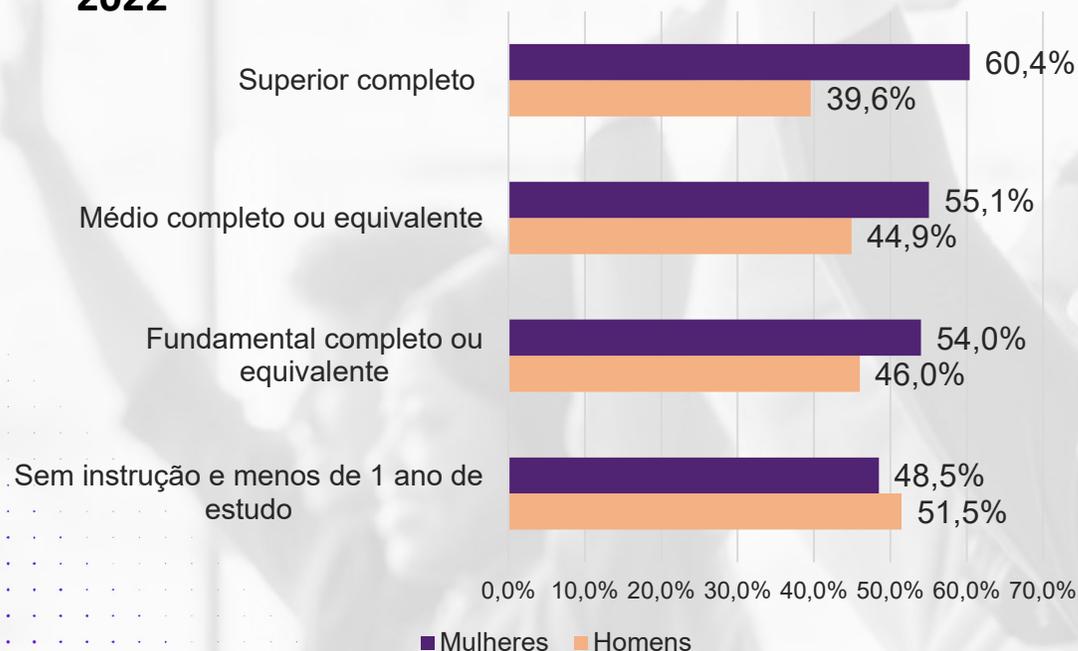
A ocupação feminina pode representar, com isso, a possibilidade de um avanço do ponto de vista institucional e alcance de maiores pleitos de políticas públicas voltadas para segurança, acesso aos serviços básicos de assistência, emprego, moradia digna, educação, dentre outros.

No que se refere à educação, em relação ao sexo, a população feminina do Piauí representa a maior parcela em nível de escolaridade, isso em todos as variáveis analisadas (Fundamental Completo ou Equivalente, Ensino Médio Completo ou Equivalente e Superior Completo).

Entre as pessoas que não têm instrução ou têm menos de um ano de estudo, as mulheres representam a menor parcela.

Em relação à raça ou cor, a partir do total de mulheres educadas no Piauí, quanto maior o nível de escolaridade a proporção de pretas e pardas diminui e, por outro lado, o percentual de brancas aumenta.

Gráfico 2 – Níveis de escolaridade por sexo no Piauí 2022

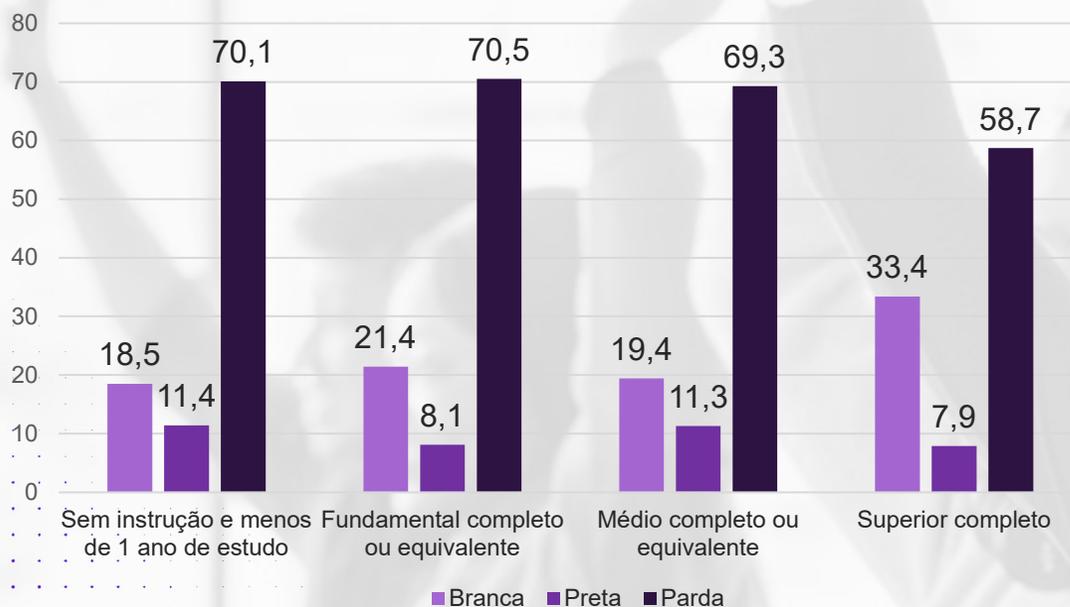


No Piauí, as mulheres dispõem de maior escolaridade completa em relação aos homens, como demonstra o Gráfico 2, onde foi observado a maior variação percentual em relação ao ensino superior completo.

Esse comportamento, também, é observado nos valores que exprimem o perfil de conclusão do ensino médio ou equivalente por gênero. Desse modo, as mulheres apresentam 55,1%, enquanto os homens 44,9%. Os percentuais apresentados demonstram uma variação de 10,2 p.p. No ensino fundamental, as mulheres representaram 54,0%. A exceção ocorre na modalidade sem instrução e menos de 1 ano de estudo, em que os homens apresentam maior percentual (51,5%).

Fonte: IBGE, microdados PNAD contínua trimestral/2trimestre (2022). Elaboração: Superintendência CEPRO/SEPLAN (2023).

Gráfico 3 – Distribuição da escolaridade feminina no Piauí por cor/raça em 2022 (%)



Fonte: IBGE; microdados PNAD contínua trimestral/2trimestre (2022). Elaboração: Superintendência CEPRO/SEPLAN (2023).

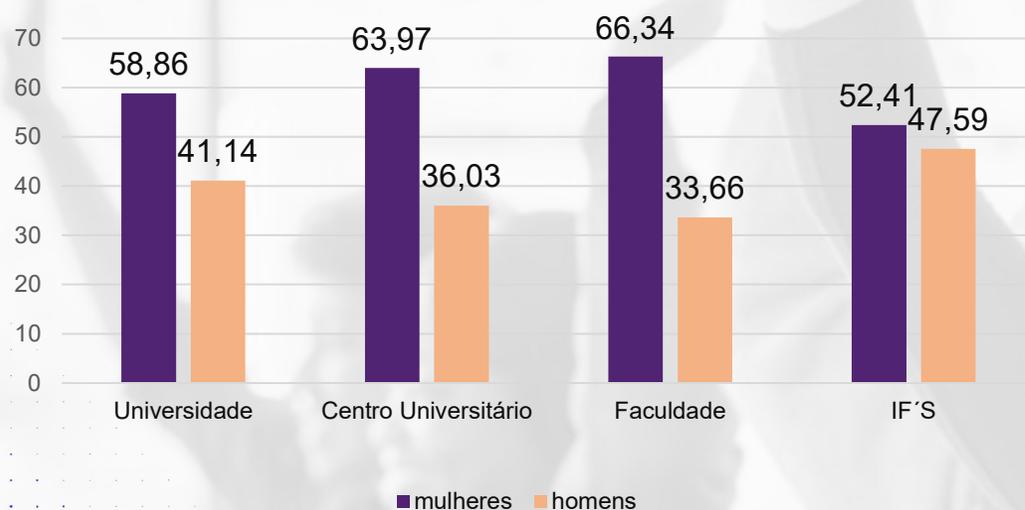
No Piauí, ao tratar da cor ou raça, foi percebido que das mulheres que concluíram o ensino fundamental ou equivalente, 70,5% eram de cor parda, 21,4% branca e 8,1% negra.

No ensino médio, quando comparada as concluintes do nível de ensino anterior, observa-se a redução no percentual de pessoas do sexo feminino nas cores branca e parda. Desse modo, estas, corresponderam respectivamente a 69,3% e 19,4%.

Ao analisar os dados do ensino superior, observou-se que as mulheres de cor parda representavam 58,7%, seguida da cor branca (33,4%) e da preta (7,9%). Quando avaliados os quatro níveis de ensino, evidenciou-se o crescimento expressivo das mulheres de cor branca que concluíram o ensino superior. Em relação às mulheres de cor branca que concluíram o ensino superior, os valores expressaram um crescimento de 14 p.p. sobre as concluintes do ensino médio ou equivalente.

Nesta circunstância, foi possível notar uma menor concentração, quando confrontada com os demais níveis de ensino, das mulheres de cor parda concluintes do ensino superior em 2022.

Gráfico 4 – Concluintes nos cursos de graduação e sequenciais de formação específica (presenciais e a distância) por organização acadêmica e sexo no Piauí em 2021 (%)



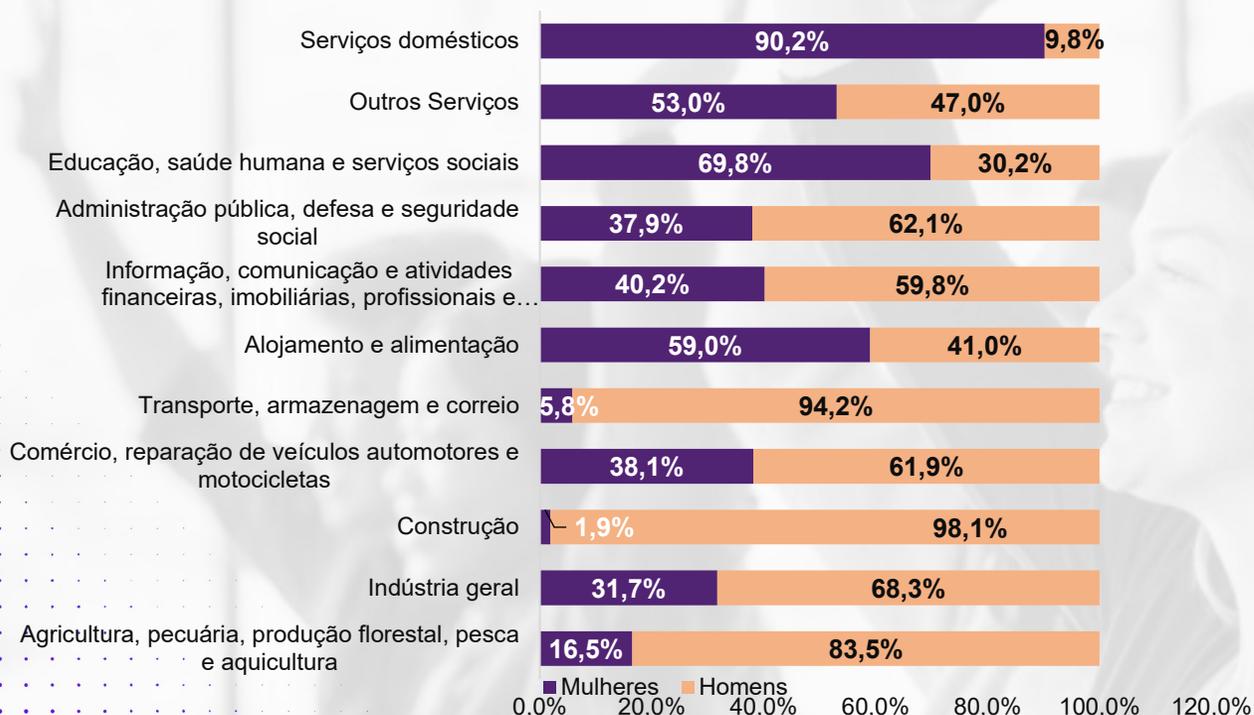
Fonte: INEP, Sinopse Estatística da Educação Superior (2021). Elaboração: Superintendência CEPRO/SEPLAN (2023).

No que concerne aos concluintes de cursos superiores no Piauí, segundo dados da Sinopse Estatística da Educação Superior 2021 (INEP, 2022), observa-se que, nas universidades públicas, 58,86% dos formandos foram mulheres e 41,14%, homens.

Nos centros universitários, a participação das mulheres na conclusão dos cursos ofertados cresceu para 63,97%. Em relação aos homens, nestas instituições, o percentual de formandos foi de 36,03%. Já nas faculdades piauienses, as mulheres representam 66,34% do total dos formandos. Nos institutos Federais de Ciência Educação e Tecnologia do Piauí,, as mulheres foram 52,41% dos formandos, já os homens foram 47,59%, no ano de 2021, conforme demonstrado no Gráfico 4.

De acordo com os dados evidenciados, verifica-se que a porcentagem de mulheres com nível superior é maior que a dos homens, porém, essa realidade não se reflete diretamente no mercado de trabalho.

Gráfico 5 – População ocupada de 14 anos ou mais na semana de referência segundo grupos de atividade e sexo no Piauí 2022



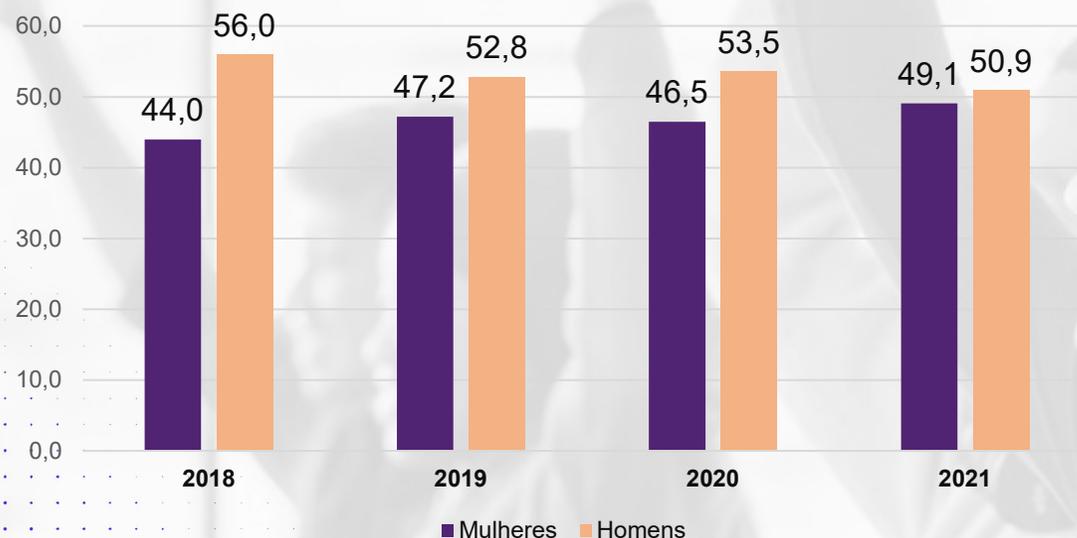
Fonte: IBGE, microdados PNAD contínua trimestral (2022). Elaboração: Superintendência CEPRO/SEPLAN (2023).

O Gráfico 5 apresenta o sexo da população ocupada por grupo de atividade em 2022. Nesse cenário, observou-se que as atividades com maior ocupação das mulheres foram: **serviços domésticos** com 90,2%, **educação, saúde humana e serviços sociais** com 69,8%, seguido de **alojamento e alimentação** com 59,0%.

As atividades nas quais as mulheres apontaram maior proximidade percentual com os homens foram: **outros serviços** com 53,0% e; **informação, comunicação e atividades financeiras, imobiliárias, profissionais e administrativas** com 40,2%. Enquanto que as menores participações foram em **construção** (1,9%) e **transporte, armazenagem e correio** (5,8%). Embora tenha sido observado que, a mulher detém maior grau de instrução, conforme descrito no gráfico, ainda assim, predomina sua ocupação nas atividades domésticas.

No tocante ao ambiente doméstico, a maior escolaridade da mulher, a maior empregabilidade em setores mais ligados ao ambiente doméstico leva ao perfil do sexo do responsável doméstico.

Gráfico 6 – Domicílios por sexo do responsável da unidade doméstica no Piauí 2018-2021 (%)



Fonte: IBGE, PNADC anual. Elaboração: Superintendência CEPRO/SEPLAN (2023).

Ao analisar a série histórica 2018-2021, que trata sobre a condição da mulher como responsável pela unidade doméstica, no Piauí, foram observadas variações com tendência de redução dos valores mensurados.

O primeiro ano da série aponta a maior diferença entre o sexo masculino e o feminino. Assim, as mulheres foram consideradas responsáveis por 44,0% dos domicílios, valor que expressa uma diferença de -12 p.p. em relação ao homem. O ano de 2019 apresenta um considerável decréscimo entre homem e mulher, em que os valores expressam a maior redução no período analisado. Neste cenário, as mulheres responderam por 47,2%, enquanto os homens, 52,8%, demonstrando assim, uma diferença de -5,6 p.p. no referido ano (Gráfico 6).

Em 2020, as mulheres eram responsáveis por 46,5% dos domicílios, o percentual apontou aumento em relação a 2019. No ano seguinte, observou-se um crescimento gradativo da participação da mulher responsável pelo domicílio (49,1%), atingindo, assim, a menor diferença percentual (-1,8 p.p.) entre os gêneros. Desse modo, quando se analisou toda série histórica (2018-2021), percebeu-se um crescimento acumulado de 5.1 p.p. das mulheres responsáveis pelas unidades domésticas.

No cenário político, apesar do aumento das candidaturas femininas nos últimos pleitos eleitorais, destaca-se a baixa participação das mulheres em cargos eletivos, tanto nos poderes executivo quanto no legislativo. Torna-se necessário, apesar dos avanços, um maior engajamento a fim de viabilizar efetivamente uma maior inserção das mulheres nos espaços de poder e decisão piauiense e brasileira. Uma saída legal é implantar cotas para a representação parlamentar da mulher no legislativo (reserva de cadeiras) e não apenas no processo eleitoral.

Constata-se que, embora as mulheres tenham uma escolaridade superior à dos homens, estão sobrerrepresentadas politicamente no campo eleitoral e representam um terço do Executivo Estadual em termos de Secretaria de Governo.

Cabe ressaltar que, mesmo diante dos avanços observados nos últimos anos, ainda perduram inúmeras restrições a serem superadas. Sobretudo, no que se refere à busca pela igualdade de gênero e empoderamento de todas mulheres e meninas, propostas como meta dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS-5).

Governo do Estado do Piauí

Rafael Tajra Fonteles

Secretaria de Estado do Planejamento (SEPLAN)

Washington Luís de Sousa Bonfim

**Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais e
Planejamento Participativo (CEPRO)**

Cíntia Bartz Machado

Diretoria de Estudos Sociais e Ambientais (DESA)

Liége de Souza Moura

Diretoria de Estudos Econômicos e Estatísticas (DEEE)

Diarlison Lucas Silva da Costa

Diretoria de Planejamento Estratégico e Participativo (DPEP)

Débora Virgínia Ferraz de Oliveira

Equipe Elaboração

Marcos Antonio Pinheiro Marques

Maria do Socorro Nascimento

Francisco Robert Bandeira Gomes da Silva

Liége de Souza Moura

Antônio Alberto Ibiapina Costa Filho

Lara Danuta da Silva Amaral Gomes

Emily Silva de Freitas Dutra (estagiária)

João Carlos do Santos Cardoso (estagiário)

Setor de Publicações

Luciana Maura Sales de Sousa

Teresa Cristina Moura Araújo Nunes

Normalização

Adriana Melo Lima

Contato

assessoria.cepro@seplan.pi.gov.br